

Operação Compliance Zero

CPI do Master seguirá regimento

Presidente da Câmara Hugo Motta, enfatizou que há uma fila de pedidos para a abertura de comissões de inquérito

» EDUARDA ESPOSITO
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), disse, ontem, que seguirá o regimento interno da Casa sobre a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar possíveis crimes nas relações entre o dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, e políticos.

“Nós vamos dar o tratamento regimental a essa situação. Vamos cumprir o regimento da Câmara, que é o que tem que nortear a decisão do presidente (da Casa)”, disse Motta, a jornalistas, após participar de uma corrida em celebração aos 200 anos da Câmara Federal, realizada pela manhã, na Esplanada dos Ministérios.

Hugo Motta, ao condicionar o andamento de um pedido de CPI do Master ao regimento interno, apontou que a matéria será discutida após serem analisados outros requerimentos para comissões de inquérito.

Segundo o deputado, em declaração dada em fevereiro deste ano, há entre 13 e 16 solicitações de CPIs que serão abertas antes de uma comissão sobre o Banco Master.

“Nós temos aqui uma fila de CPIs. Essas CPIs são tratadas na ordem cronológica. No ano passado, nós tivemos algo em torno de 15, 16 CPIs protocoladas. Acabamos não instalando nenhuma. E, agora, nós vamos fazer o debate sobre essas CPIs. A Câmara tem que obedecer essa ordem cronológica, tem que obedecer

Agência Câmara



Câmara dos Deputados realizou ontem uma corrida de rua em homenagem aos 200 anos da Casa Baixa, com a participação de parlamentares

regimentalmente o funcionamento de cinco CPIs ao mesmo tempo, se for decisão da presidência instalar. E nós vamos, no momento certo, estar tratando dessa pauta de CPI”, afirmou Motta, à época.

Inclusive, na atual legislatura da Câmara, nenhuma CPI foi instalada, em comparação com a última, de 2019 a 2022, na qual três comissões ocorreram na Casa: Práticas ilícitas do Banco Nacional do

Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Brumadinho, e Deramamento de Óleo no Nordeste.

Novas revelações

Pressões sobre uma possível instauração da CPI do Banco Master na Câmara se fortaleceram na semana passada, após o portal Intercept Brasil divulgar um áudio em que o senador e presidenciável

do PL, Flávio Bolsonaro (PL-RJ), cobrar R\$ 134 milhões a Daniel Vorcaro, atualmente preso por suspeitas de crimes no sistema financeiro, para financiar filme que conta a história do pai do parlamentar, o ex-presidente Jair Bolsonaro. A obra é intitulada Dark Horse, termo similar a “azarão”, em inglês.

Após reunião de emergência em seu QG de campanha, na quarta-feira, Flávio divulgou uma nota e

um vídeo-resposta em suas redes, nos quais tentou justificar a proximidade com o Vorcaro. No áudio vazado, o senador chamou o banqueiro de “irmãozão” e disse “estarei contigo sempre”, prestando solidariedade às críticas que o Master recebia, à época, por sua crise de liquidez. O contato ocorreu poucos dias antes da primeira prisão de Vorcaro, em novembro do ano passado.

“Mais do que nunca, é fundamental a instalação da CPI do Banco Master. É preciso separar os inocentes dos bandidos. No nosso caso, o que aconteceu foi um filho, procurando patrocínio privado para um filme privado sobre a história do próprio pai. Zero de dinheiro público. Zero de Lei Rouanet”, defendeu o senador do PL.

Entre os grupos que pedem a abertura de uma CPI sobre o Caso Master na Casa estão deputados governistas, o PT e o próprio presidenciável Flávio Bolsonaro. O pedido que existe hoje na Câmara é do deputado e ex-governador do Distrito Federal Rodrigo Rollemberg (PSB-DF). Em 12 de março, o Supremo Tribunal Federal (STF) negou o recurso de pedido de abertura da CPI na Câmara. O pedido foi analisado pelo ministro Cristiano Zanin.

Há, porém, outros quatro pedidos que já reuniram as assinaturas mínimas para tramitar, sendo dois para a abertura de uma CPI no Senado Federal, e dois para a abertura de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), que reúne senadores e deputados.

Apesar do impacto do Caso Master no mundo político, e na opinião pública, há pouca expectativa de que as investigações realmente prossigam no Congresso Nacional. Segundo os dados já revelados pela Polícia Federal, Vorcaro possui contatos com políticos de ambos os espectros, do PT à oposição, e uma comissão pode causar grandes prejuízos, especialmente em ano eleitoral. A própria resposta de Motta indica isso.

JORNADA DE TRABALHO

Fim da Escala 6X1 em maio

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Motta voltou a projetar a votação na Câmara ainda neste mês

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), projetou, ontem, a aprovação dos projetos que tratam do fim da escala de trabalho 6x1 até o fim deste mês.

“Nossa prioridade é para maio. Queremos, até o final do mês, entregar (o fim da 6x1) a todos os trabalhadores”, afirmou, em conversa com jornalistas, após participar da corrida em celebração aos 200 anos da Casa Baixa. O parlamentar ainda disse que os deputados buscam a formulação de “um texto de convergência” para apresentar a mudança na jornada de trabalho.

Na Casa presidida por Hugo Motta, duas matérias tramitam sobre o tema. Uma é a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) — de autoria do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) — que promove mudanças constitucionais, e o outro é um Projeto de Lei (PL), enviado pelo Executivo em regime de urgência.

Na semana passada, o governo e a Câmara fecharam acordo para votar os projetos ainda neste mês. A ideia é que a PEC trate dos pontos mais gerais da medida, e que o PL faça a regulamentação, envolvendo, assim, os termos mais polêmicos. O acerto envolve a redução da jornada de 44 horas para 40 horas semanais, e a obrigatoriedade de dois dias consecutivos de descanso. A expectativa, ainda, de que haja um período de transição.

O texto mais avançado é a PEC. Segundo o relator da comissão que analisa a matéria, deputado Leo Prates (Republicanos-BA), a primeira versão do relatório sobre a proposta será apresentada na quarta-feira desta semana.

A versão final, ainda segundo o parlamentar, está prevista para ser votada na comissão, na terça-feira seguinte, dia 26 de maio, e um dia depois e no Plenário da Casa, de acordo com a estimativa de Hugo Motta.

Antes de ter sua primeira versão do relatório apresentada na comissão, a PEC que prevê o fim

da escala 6x1 será discutida hoje à tarde, em uma audiência pública na Câmara com setores ligados ao empresariado, que reclamam da medida e apontam riscos para a economia.

Divergências

Participam desta mesa representantes de setores como as confederações nacionais da Indústria (CNI), de Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), e do Transporte (CNT). Esses grupos têm assumido divergências em relação ao governo e a deputados aliados de Lula na construção do texto final da proposta.

Uma dos principais pontos de disputa é o período de transição das empresas na adoção de uma nova regra trabalhista. Enquanto setores empresariais defendem um período maior para a mudança, de forma gradual, o governo pressiona por uma alteração imediata, de olho nos benefícios para a campanha eleitoral.

Outro ponto de divergência entre o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a classe empresarial é a possibilidade de que o fim da escala 6x1 venha

com uma compensação tributária às empresas.

Auxiliares de Lula, como os ministros Luiz Marinho (Trabalho e Emprego) e Guilherme Boulos (Secretaria-Geral da Presidência), vêm negando publicamente a possibilidade de que as empresas sejam compensadas financeiramente pela mudança na jornada de trabalho.

Saúde do trabalhador

Amanhã, as discussões na Câmara sobre o fim da escala 6x1 na comissão que trata do tema vão abranger os impactos na saúde do trabalhador.

Participam o procurador-Geral do Ministério Público do Trabalho, Gláucio Araújo de Oliveira, e representantes de entidades médicas e de psicologia.

O debate gira em torno dos benefícios que a redução da jornada semanal pode ter tanto na saúde física quanto an mental dos trabalhadores. Com mais tempo livre, é mais fácil ter acesso a consultas médicas e exames de rotina. Além disso, maior tempo com a família traz benefícios para o bem-estar. (FAL)

ONDE TEM PROPÓSITO TEM CUIDADO

O GDF trabalha todos os dias pra você.

27 novas creches construídas.
14 escolas entregues e 1.257 novas salas de aula. A fila por vaga em creche caiu de 25 mil para praticamente zero espera. São mais de 15 mil profissionais nomeados na educação, entre eles mais de 9 mil professores. Quando o assunto é futuro, não dá pra esperar. Porque, acima de tudo, o GDF tem coragem para transformar e melhorar a vida dos alunos.






27

NOVAS CRECHES



